



# Brasil Kirin Holding S.A.

(Anteriormente denominada AAJDG Participações S.A.)  
CNPJ nº 08.265.794/0001-27



## Relatório da Administração

A Administração da Brasil Kirin, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2013, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, assim como de um resumo das principais atividades do Grupo ao longo do ano. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados e refletem a estrutura societária da Brasil Kirin para o período encerrado na data previamente mencionada. **Mensagem do Presidente:** Compartilho com todos os resultados do segundo ano de operação da Brasil Kirin, uma indústria de bebidas diversificada a levar prazer e alegria aos consumidores. Integrando um grupo global com mais de 46 mil funcionários e 270 empresas em diversos países, é subsidiária da Kirin Holdings Company, a maior fabricante do setor de bebidas no Japão, 2013 foi um ano bastante desafiador, período de construir as bases da transformação da cultura industrial da companhia para a cultura de comercialização de bens de consumo, na qual o consumidor passa a ocupar a posição de principal protagonista. Produzimos 1,1 bilhão de unidades de bebidas durante o ano, com vendas totais de R\$ 5,2 bilhões distribuídos em 13 unidades fabris localizadas em 11 Estados. Além disso, são mais de 200 Revendas e Centros de Distribuição próprios. Dentre as diversas marcas destacamos *Nova Schin, Schin, Schin no Grau, Devassa, Baden Baden, Eisenbahn, Citra, Glacial, Fruthos, Skinka, Kirin Refrigerantes, Iruhaína, Agua Schin, Fibz e Ecool*. Estamos focados em uma jornada de longo prazo, marcada pelo desafio de construir uma empresa de bebidas que conquiste consumidores através de inovação em marcas, produtos e serviços relevantes e diferenciados. Continuaremos investindo no futuro da companhia, aprimorando as práticas para tornar a Brasil Kirin mais eficiente, ágil e competitiva. Agradecemos aos funcionários, à preferência dos consumidores, à confiança dos clientes, fornecedores, parceiros e acionistas. **Desempenho Operacional:** O ano de 2013 fortaleceu muito o caminho da Brasil Kirin na direção de sua visão de ser uma empresa inovadora de bebidas que dá prazer e alegria, a despeito dos desafios impostos pelo cenário macroeconômico que se delineou ao longo do ano, com modesto crescimento econômico (estimativa 2,3%), inflação média para o consumidor (IPCA) de 5,9%, crescimento da taxa básica de juros para 10% ao ano e desvalorização cambial superior a 10%. A despeito desse cenário não tão favorável à expansão dos negócios, o foco da Brasil Kirin manteve-se alinhado à construção de marcas fortes, expansão da distribuição e excelência na prestação de serviços. Priorizamos o desenvolvimento de produtos com atributos cada vez mais relevantes para nossos consumidores, o que nos trouxe fonte de inspiração para a inovação; mantivemos nossa disciplina em execução para equilibrar a geração de resultados operacionais e financeiros de curto e médio prazo; procuramos atrair, reter e desenvolver os talentos que nos acompanham e apoiam nossas operações baseadas em todo o território nacional; mantivemos nosso processo de expansão da atividade industrial investindo cerca de R\$ 500 milhões em incremento de capacidade industrial e logística. Com isso continuamos a solidificar vantagens competitivas sustentáveis em nosso setor de atuação. O resultado dessa crença no propósito e nos valores de nossa organização refletiu um crescimento de 4,2% na Receita Bruta de Vendas (atingindo um valor consolidado de R\$ 7,4 bilhões) em um ano em que o volume registrado pelo SICORE - Sistema de Controle de Produção de Bebidas (para toda a indústria) apontou uma redução na produção de 2% em Cervejas e 3,6% em Refrigerantes. Consideramos que vários foram os fatores que contribuíram para esse resultado positivo no curto prazo: inovação relevante, manutenção de altos níveis de serviço para nossos clientes, ampliação das parcerias estratégicas com fornecedores, aprimoramento contínuo das habilidades técnicas e competências dos nossos funcionários e, como consequência, melhoria na qualidade percebida pelos consumidores. Tudo isso, apesar de importante, seria insuficiente caso também não houvesse uma contínua preocupação com o atendimento aos clientes, a preferência dos consumidores, a confiança dos clientes, fornecedores, parceiros e acionistas. Atuamos de maneira incessante no que diz respeito ao posicionamento do nosso portfólio em várias regiões e canais de venda e distribuição, com o objetivo de atendermos uma demanda de consumo cada vez mais ampla e exigente. **Re-estruturação Societária:** Em 2013 a Brasil Kirin executou mais uma importante etapa do processo de simplificação operacional de sua estrutura societária (em continuidade a um plano iniciado em 2010), com redução da quantidade de sociedades controladas do Grupo. Descrevendo de maneira simplificada, cinco empresas foram incorporadas enquanto o restante foi reorganizado em dois grandes grupos de negócios, sendo um deles "industrial" e o outro relacionado a "outros negócios" (que inclui - mas se limita - a logística, distribuição e administração de franquias). **Assuntos Corporativos e Sustentabilidade:** Com a missão de "Construir e fortalecer a marca Brasil Kirin, por meio de relações de confiança e ações inovadoras, tornando-a admirada pelos stakeholders", foi criada em fevereiro de 2013 a Vice Presidência de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade. Sendo responsável pelas áreas de Relações Externas, Assuntos Regulatórios, Segurança e Saúde Ocupacional e Meio Ambiente (SSMA), Comunicação Corporativa, Marketing Institucional e Sustentabilidade, destacamos as seguintes iniciativas: 1) Criação do Comitê de Sustentabilidade; 2) Criação da Escola de Sustentabilidade na Academia Corporativa; 3) Divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2012 (GR B); 4) Estabelecimento de novos padrões de sustentabilidade em parceria com o Instituto Akatu, Comissão Empresarial Brasileira pelo Desenvolvimento Sustentável (CEBS), Pacto Na Mão Certa, Plataforma Liderança Sustentável e Pacto - Parado Pela Vida (em conjunto com o Ministério das Cidades); 5) Participação na 3ª edição do programa de sustentabilidade "De Ponta a Ponta" (iniciativa de rede do varejo Wal Mart) com o refrigerante de baixa caloria com fibras Fibz (lançado em outubro); 6) Manutenção da parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, com projeto estabelecido em área

## Balço Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

| Ativo Circulante                                   | Controladora |           | Consolidado |           |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
|  | 2013         | 2012      | 2013        | 2012      |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 9            | 22        | 33          | 81.831    |
| Contas a receber                                   | 10           |           |             | 755.549   |
| Estoques   | 11           |           |             | 551.762   |
| Impostos e contribuições a recuperar               | 12           |           |             | 37.726    |
| Ímposto de renda e contribuição social a recuperar | 13           | 3         | 2           | 13.190    |
| Despesas antecipadas                               | 14           |           |             | 90.720    |
| Demaís contas a receber                            | 15           |           |             | 1.548.778 |
|  | 25           | 35        |             | 1.548.778 |
| <b>Não circulante</b>                              |              |           |             |           |
| Realizável a longo prazo                           |              |           |             |           |
| Contas a receber                                   | 10           |           |             | 150.681   |
| Impostos e contribuições a recuperar               | 12           |           |             | 107.856   |
| Ímposto de renda e contribuição social a recuperar | 13           | 5         | 5           | 16.359    |
| Ímposto de renda e contribuição social diferidos   | 14           |           |             | 74.284    |
| Depósitos judiciais                                | 16           |           |             | 141.698   |
| Demaís contas a receber                            | 17           |           |             | 13.639    |
| Investimentos em controladas                       | 18           | 2.269.357 |             | 539       |
| Outros investimentos                               | 19           |           |             | 2.982.358 |
| Imobilizado  | 20           |           |             | 132.501   |
| Intangível   | 21           |           |             | 132.501   |
|  | 22           | 5         |             | 3.619.915 |
|  | 22           | 387       | 40          | 5.168.693 |
| <b>Total do ativo</b>                              |              |           |             |           |
|  | 22           | 387       | 40          | 5.168.693 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| Passivo e patrimônio líquido Circulante          | Controladora |             | Consolidado |             |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
|  | 2013         | 2012        | 2013        | 2012        |
| Fornecedores                                     | 20           |             |             | 443.306     |
| Empréstimos e financiamentos                     | 21           |             |             | 338.842     |
| Salários e encargos sociais                      | 22           |             |             | 136.215     |
| Impostos e contribuições a recolher              | 23           |             |             | 22.788      |
| Ímposto de renda e contribuição social           | 24           |             |             | 1.457       |
| Adiantamentos de clientes                        | 25           |             |             | 23.223      |
| Provisões para gastos comerciais                 | 26           |             |             | 45.995      |
| Demaís contas a pagar                            | 27           |             |             | 94.694      |
|  |              |             |             | 1.341.524   |
| <b>Não circulante</b>                            |              |             |             |             |
| Empréstimos e financiamentos                     | 21           |             |             | 957.504     |
| Fornecedores                                     | 20           |             |             | 175         |
| Provisão para contingências                      | 24           |             |             | 438.492     |
| Impostos e contribuições a recolher              | 22           |             |             | 63          |
| Ímposto de renda e contribuição social diferidos | 14           |             |             | 120.870     |
| Adiantamento para futuro aumento de capital      | 28           |             |             | 43.427      |
| Demaís contas a pagar                            | 29           |             |             | 1.560.541   |
|  |              |             |             | 2.902.065   |
| <b>Total do passivo Patrimônio líquido</b>       | 26           | 5.521.375   | 100         | 5.521.375   |
| Capital social                                   |              | (3.253.398) | 100         | (3.253.398) |
| Reservas acumuladas                              |              | 2.269.387   | 60          | 2.269.387   |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>               |              | 2.269.387   | 40          | 2.269.387   |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>  |              | 2.269.387   | 40          | 5.168.693   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## 5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(i)** Nota explicativa 14 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **(ii)** Nota explicativa 18 (a) - redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, se os valores contábeis excedem o valor recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é reduzido para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **(iii)** Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos: a Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e civis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(iv)** Nota explicativa 8 - valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

## 6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para os CPCs, e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. Estas movimentações estão refletidas nas empresas controladas do Grupo Brasil Kirin, sendo que na controladora, a reserva de lucros e de capital foram capitalizadas devido à re-estruturação mencionada na Nota Explicativa 2 acima.

## 7. Mudança nas políticas contábeis

Exceto pelas mudanças destacadas abaixo, a Companhia tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 8 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **(a)** A Companhia adotou os seguintes procedimentos para a atualização das informações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2013. O Grupo Brasil Kirin adotou o novo arcabouço contábil com data de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia adotou os Pronunciamentos Técnicos CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades. Esta adoção não trouxe efeitos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. **(b)** O CPC 46 estabelece uma única estrutura de mensuração e de divulgação sobre valor justo quando tais mensurações são requeridas ou permitidas por outros CPCs. Ele unifica a definição de valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Ele substitui e expande os requerimentos de divulgação incluídos em outros CPCs, incluindo o CPC 40 (R1). De acordo com as disposições transitórias do CPC 46, a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e não apresentou qualquer informação comparativa para novas divulgações. Independentemente disso, as mudanças não tiveram um impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. **(c)** CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma passou a ser aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e o principal impacto foi a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, o que não trouxe impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

## 8. Principais políticas contábeis

Exceto pelas mudanças explicadas na nota explicativa 7, a Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **(a) Base de consolidação:** (i) Combinações de negócios: Combinação de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para *impairment*. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em instrumentos. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses custos são inicialmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício. (ii) Controladas: O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. (iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não tenha controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. (iv) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira com são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(b) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos utilizando um preço de mercado observado, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidas no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Ganhos (perdas) cambiais". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente convertíveis em uma quantidade conhecida de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em cartas garantidas, quando aplicável. Essas cartas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **(d) Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponível para venda em 31 de dezembro de 2013. (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para demonstração. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para demonstração, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. (ii) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos em fluxos de caixa futuros, que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados do demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de "receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e o ganho ou prejuízo de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplos, são reconhecidos no resultado do resultado como parte de outras receitas, quando o estabelecido pelo direito da Companhia de reconhecer dividendos. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Impairment de ativos financeiros:** (i) **Ativos mensurados ao**

referente a 16 processos tributários questionados pelo Estado. Baseado nos termos propostos no Programa foi facultado a Brasil Kirin eliminar seu passivo contingente de um total superior a R\$ 950 milhões mediante pagamento à vista (e, portanto, não recorrente) de cerca de R\$ 375 milhões. Desse total, R\$ 137 milhões referiam-se principalmente ao valor principal da dívida e, portanto, foram alocados no resultado contra a rubrica de "Despesas Gerais e Administrativas", enquanto que as despesas financeiras de R\$ 236 milhões foram alocadas contra a rubrica de mesma denominação. 2. Cerca de R\$ 30 milhões referem-se ao ajuste da remuneração dos quadros administrativos, bem como reforço das áreas em áreas críticas, particularmente a criação da Vice Presidência de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade e reforços na equipe de Auditoria e Controles Internos. 3. O saldo de R\$ 18 milhões refere-se a projetos para melhoria dos sistemas de tecnologia da informação existentes bem como implantação de novas ferramentas para controle e suporte à tomada de decisões. **Outras Receitas e Despesas Operacionais: R\$ 693 milhões (receita líquida):** Dentre os principais itens dessa rubrica destacamos-se: 1. As subvenções dos governos estaduais no pagamento de ICMS para estimular o investimento produtivo e que totalizaram um crédito de R\$ 535 milhões, um crescimento de 29% (ou R\$ 120 milhões) em relação a 2012. Esse crescimento foi determinado por dois fatores: **(i)** R\$ 35 milhões refletem o benefício sobre o aumento do recolhimento de ICMS, proporcional ao crescimento da Receita sobre as Vendas. **(ii)** R\$ 85 milhões decorrem de negociações conduzidas no decorrer do ano para pagamento antecipado de mencionadas subvenções, com o objetivo de redução do passivo tributário (além da mencionada adesão ao PEP do Estado de São Paulo) e aumento de flexibilidade financeira para (eventual) futuro endividamento. Sempre importante mencionar: **(a)** A Brasil Kirin apurou em 2013 um total de aproximadamente R\$ 3.3 bilhões em impostos sobre Vendas, tanto próprios quanto referentes à antecipação de impostos devidos por clientes e consumidores sob sua responsabilidade ("substituição tributária"). **(b)** A Brasil Kirin não usufrui de incentivos fiscais que tenham sido declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. 2. A recuperação (crédito) de R\$ 185 milhões, referentes à parcela do pagamento do PEP do Estado de São Paulo que, de acordo com a negociação para aquisição da Schincontrol pela Kirin Holdings, era de responsabilidade dos proprietários anteriores da empresa. 3. A provisão (líquida) da R\$ 30 milhões para a cobertura de contingências prováveis de natureza trabalhista e fiscal. **Lucro Operacional, EBITDA e Margens:** Como consequência de todos os elementos expostos anteriormente, o Lucro Operacional atingiu R\$ 222 milhões (5,6% da Receita Líquida) e o EBITDA atingiu R\$ 496 milhões (12,5% da Receita Líquida). **Despesas Financeiras (Líquidas): R\$ 335 milhões:** Conforme mencionado anteriormente, o fator mais importante que contribuiu para um aumento das despesas financeiras líquidas (R\$ 79 milhões em 2012) foi o pagamento do R\$ 236 milhões referentes aos juros do pagamento do "PEP de São Paulo". **Resultado do Exercício:** Como consequência dos elementos expostos, a Brasil Kirin apurou um prejuízo líquido de R\$ 65 milhões. Entretanto, excluídos os impactos tributários de natureza não recorrente que foram mencionados anteriormente (débito líquido de R\$ 190 milhões do ICMS de São Paulo e crédito de R\$ 85 milhões decorrente da antecipação do pagamento das subvenções) e assumindo-se uma alíquota padrão de 34% para o Imposto de Renda e CSLL, poderíamos inferir que o Resultado Líquido recorrente do ano seria um *break-even*. **Perspectivas para 2014:** O setor de bebidas é bastante sensível ao comportamento do consumo e ao desempenho das variáveis macroeconômicas. Nesse sentido, existem alguns sinais que podem influenciar de maneira positiva o setor, tais como verão com altas temperaturas, Carnaval no início de Março, Copa do Mundo e eleições no 4º Trimestre. Não obstante, existe um risco de redução na capacidade de consumo por parte das famílias (devido à redução no nível de emprego, redução da parcela de renda disponível para o consumo de bens não duráveis e manutenção do patamar de inflação próximo ao topo da meta definida pelo governo) e também redução de consumo por parte do governo (devido ao aumento no déficit fiscal). Por fim, manter-se um cenário incerto em relação ao patamar de estabilização da moeda local frente ao Dólar americano e ao Euro, considerando-se os elementos intrínsecos em ações comerciais e de marketing, intensificando nossa aproximação com clientes e consumidores. - Por fim, manteremos o foco em inovação buscando aumentar ainda mais a diferenciação de performance e qualidade do nosso portfólio. Da mesma forma, ampliaremos nossas parcerias relacionadas a sustentabilidade, reforçando nosso compromisso com o consumo responsável e bebidas alcoólicas, consolidando nossa governança em sustentabilidade e relacionamento com nossos públicos, expandindo nossa escala e scope de atuação e contribuindo para o desenvolvimento socio-econômico do País.

## Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

| Receita   | Controladora |         | Consolidado |             |
|---|--------------|---------|-------------|-------------|
|   | 2013         | 2012    | 2013        | 2012        |
| Receita dos produtos vendidos   | 27           |         |             | 3.947.700   |
| <b>Lucro bruto</b>  | 28           |         |             | (2.436.760) |
| Despesas operacionais e administrativas   | 28           | (11)    | (14)        | 1.508.948   |
| Despesas com vendas   | 28           |         |             | (1.425.887) |
| Participações em sociedades controladas   |              | 153.769 |             |             |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas                               | 29           |         | (1)         | 693.368     |
| <b>Lucro/(Prejuízo) operacional</b>   |              | 153.759 | (15)        | 221.613     |
| Despesas financeiras  | 30           |         |             | (21.613)    |
| Reversão de provisões para recuperação  | 30           | 1       | 3           | 65.808      |
| Variações cambiais, líquidas  | 31           |         |             | (7.950)     |
| <b>Resultado financeiro</b>   |              |         |             | (334.786)   |
| <b>Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>      |              | 153.759 | (11)        | (113.713)   |
| Ímposto de renda e contribuição social  |              |         |             |             |
| Corrente  | 14c          |         |             | (3.817)     |
| Diferido  | 14c          |         |             | (2.927)     |
|   |              | 153.759 | (11)        | (65.463)    |
| <b>Lucro/(Prejuízo) do exercício</b>  |              |         |             |             |
| Quantidade de ações emitidas e ponderada ao fim de cada exercício - Em milhares |              |         |             | 185.278.687 |
| Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação do capital social - R\$              |              |         |             | 0,0008      |
|   |              |         |             | (0,0112)    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

| Resultado abrangente total | Controladora |      | Consolidado |         |
|----------------------------|--------------|------|-------------|---------|
|                            | 2013         | 2012 | 2013        | 2012    |
|                            |              |      |             | 153.759 |
|                            |              |      |             | (11)    |
|                            |              |      |             | 153.759 |
|                            |              |      |             | (11)    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

| Fluxo de caixa das atividades operacionais   | Controladora |           | Consolidado |           |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
|  | 2013         | 2012      | 2013        | 2012      |
| <b>Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>                              | 153.760      | (12)      | (113.173)   |           |
| Ajustes  |              |           |             | 260.463   |
| Ajuste resultado líquido de incorporações  |              |           |             | 5.969     |
| Depreciação e amortização  |              |           | 3           | 66.878    |
| Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais        |              |           |             | 38.053    |
| Baixas provenientes de acordos contratuais e descontos concedidos                                    |              |           |             | 140.178   |
| Constituição de provisão para impostos a pagar   |              |           |             | 1.028     |
| Constituição de provisão para cambiais e de marketing, intensificando nossa aproximação com clientes |              |           |             | 1.028     |
| Reversão da provisão para devedores duvidosos  |              |           |             | (3.753)   |
| Reversão de provisão para abatimentos de clientes  |              |           |             | (3.783)   |
| Reversão de provisão para perdas em estoques   |              |           |             | (2.970)   |
| Constituição de provisão para perdas no imobilizado  |              |           |             | 1.131     |
| Constituição de provisão de outras contas a pagar  |              |           |             | 62.109    |
| Reversão de provisão para perdas em investimentos em ações societárias em algumas unidades           |              |           |             | (11.480)  |
| Perdas de indenizações processuais   |              |           |             | 18.391    |
| Perdas na venda de ativo imobilizado   |              |           |             | 1.375     |
| Ganhos na venda de ativo imobilizado   |              |           |             | (2.865)   |
| Equivalência patrimonial   |              | (153.769) |             |           |
| Incumbidos fiscais   |              |           |             | (226.227) |
| Constituição de provisão para contingências  |              |           |             | 5.969     |
| Perdas do ativo imobilizado  |              |           |             | 4.727     |
|  | (10)         | (9)       | (9)         | 229.949   |

## Variações nos ativos e passivos

|  |      |     |     |           |
|--|------|-----|-----|-----------|
| Contas a receber                             |      |     |     | (368.349) |
| Estoques                                     |      |     |     | (62.274)  |
| Impostos e contribuições a recuperar         |      | (1) |     | 39.610    |
| Demaís contas a receber                      |      |     |     | (43.623)  |
| Depósitos judiciais                          |      |     |     | (26.422)  |
| Fornecedores                                 |      |     |     | 175.567   |
| Salários e encargos sociais                  |      |     |     | 6.679     |
| Impostos e contribuições a recolher          |      |     |     | 219.756   |
| Partes relacionadas                          |      |     |     | (74)      |
| Demaís contas a pagar                        |      |     |     | (29.417)  |
| <b>Caixa (aplicado) gerado nas operações</b> | (11) | (9) | (9) | 138.402   |
| Juros pagos                                  |      |     |     |           |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre agio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do agio relacionado com a entidade vendida. O agio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o agio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (i) Imobilizado: itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões de perdas. A reavaliação efetuada em 2007 foi considerada como custo histórico do imobilizado em 1º de janeiro de 2008, como facultado pelo art. 6º da Lei 11.638/07. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A reavaliação está refletida nas empresas controladas do Grupo Brasil Kirin, sendo que na controladora, o saldo foi capitalizado devido à re-estruturação mencionada na nota 2 acima. Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição de ativos reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluxos benéficos econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente reflexo na despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia não alterará sua política de dividendos. Os terrenos e materiais de acondicionamento e transporte não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| Anos                    |         |
|-------------------------|---------|
| Edificações             | 35 a 50 |
| Máquinas e equipamentos | 10 a 20 |
| Veículos                | 4 a 5   |
| Móveis e utensílios     | 3 a 10  |
| Outros componentes      | 3 a 10  |

Os materiais de acondicionamento e transporte são constantemente monitorados e suas baixas ocorrem por quebras e perdas e são apropriadas ao custo de produção ou ressarcidas por clientes quando praticável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de "outras receitas operacionais, líquidas". Quando os ativos avaliados ao custo atribuído são baixados ou depreciados, os valores incluídos como ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros acumulados. (j) Ativos intangíveis: Software/licenças: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; • o software pode ser vendido ou usado; • pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros; • estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; • o gasto atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Outros ativos intangíveis: Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. (k) Impairment de ativos não financeiros: Os ativos fixos são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o agio, não estão sujeitos à amortização e também são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos fixos e os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o agio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. (l) Fornecedores: Os fornecedores são obrigados a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. (m) Provisões: As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor liver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e reconhecido como despesa financeira. (n) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata method). As contas de financiamentos de impostos a recolher classificadas no circulante e não circulante (incentivos fiscais), foram ajustadas a valor presente, por taxas consideradas pela administração como de mercado conforme prevêem os CPCs 07 e 12. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, por pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com segurança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. (o) Benefícios a empregados: A Companhia tem planos de contribuição definida, no qual são efetuadas contribuições fixas a uma entidade administrada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições ao fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios reconhecidos com o serviço do empregado no período corrente e anterior. A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. (p) Subvenções para investimentos: As subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em bases sistêmicas, nos termos do CPC 07. a. Benefícios fiscais por financiamentos: A Companhia possui benefícios fiscais relacionados a financiamentos, com taxas subsidiadas, de parte do ICMS devido em suas operações. Possui também benefícios decorrentes de crédito presumido de ICMS e de redução do valor financeiro, a depender do atendimento de certas condições previstas nos atos acessórios dos referidos benefícios, os quais vêm sendo cumpridos pela Companhia. De modo a reconhecer a essência dos benefícios fiscais por financiamentos, foi efetuado o ajuste a valor presente das parcelas financeiras visando refletir o benefício decorrente da diferença entre as taxas obtidas pela Companhia em suas aplicações financeiras e as taxas de juros aplicáveis em seus financiamentos. A subvenção relativa aos impostos apurados, equivalente ao ajuste a valor presente, é registrada diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". b. Benefícios fiscais por crédito presumido: O registro das subvenções é realizado diretamente no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", em regime de competência, na data em que a receita é ganha, ou seja, no momento em que as condições para que os benefícios sejam recebidos estejam integralmente sob o controle da administração. Tais condições incluem, principalmente, a manutenção de certos níveis de emprego, produção e de investimentos, bem como, adimplimento de obrigações fiscais. Essas condições vêm sendo adequadamente cumpridas. Ao final do ano, em caso de resultado positivo, é constituída reserva de lucros pelos valores de competência do exercício. A reserva de lucros está refletida nas empresas controladas do Grupo Brasil Kirin, sendo que na controladora, o saldo foi capitalizado devido à re-estruturação mencionada na nota 2 acima. c. Lucro da exploração: A Companhia possui uma redução de redução do imposto de renda apurado em área incentivada de acordo com o lucro da exploração da atividade incentivada. Essa redução tributária é apresentada como redutora do montante total apurado no período, antes da referida subvenção. d. Reserva de recursos fiscais: A parcela remanescente do lucro líquido apurado no exercício, após as deduções legais, e que decorre dos benefícios fiscais descritos anteriormente, é destinada para formação de "Reserva de incentivos fiscais" (reserva de lucros), nos termos do artigo 195-A do RI nº 6.404/76. A reserva de incentivos fiscais está refletida nas empresas controladas do Grupo Brasil Kirin, sendo que na controladora, o saldo foi capitalizado devido à re-estruturação mencionada na nota 2 acima. (q) Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas da Companhia. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. a. Venda de produtos: A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo; (iii) os custos associados a a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. Os produtos são frequentemente vendidos com descontos por volume. As vendas são registradas com base no preço especificado nas tabelas de preço acordadas com os clientes. Os descontos e abatimentos de preços por volume ou negociações comerciais são deduzidos da receita. As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento entre 7 e 35 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. b. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contrato a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são reconhecidos às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável ou seja, a taxa original do contrato a receber. c. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. (r) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

9. Caixa e equivalentes de caixa:

|   | 2013 | 2012   | 2013 |
|---|------|--------|------|
| Caixa e bancos                          | 22   | 35.474 |      |
| Certificado de depósito bancário - CDB  |      | 21.238 |      |
| Operações compromissadas com debêntures | 32   | 24.614 |      |
| Operações pós-fixado                    |      | 345    |      |
|   | 22   | 81.831 |      |

O saldo de aplicações está concentrado em Investimento Multimercado - exclusivo sem renda variável. A remuneração das operações compromissadas possuem como meta a variação do CDI, e possuem liquidez imediata. Os CDBs são vinculados a taxas que variam entre 95% a 105% do CDI (2012: 90% e 105%). As operações compromissadas com lastro em debêntures possuem liquidez diária e remuneração média de 101,9% do CDI. Nestas operações, o compromisso de recompra dos títulos é da instituição financeira e não da Companhia emissora das debêntures.

10. Contas a receber:

a. Composição do saldo:

|   | 2013    | 2012     |
|---|---------|----------|
| Clientes nacionais                                  | 949.646 | 2.811    |
| Clientes estrangeiros                               | 311     | (46.538) |
| Menos: provisão para impairment de contas a receber | 906.230 | 755.549  |
| Circulante  | 755.549 | 150.681  |
| Não circulante                                      | 150.681 |          |

b. Idade do saldo de contas a receber de clientes:

|                             | 2013    | 2012    |
|-----------------------------|---------|---------|
| A vencer                    | 844.462 | 47.652  |
| Vencidos até 90 dias        | 67.233  | 40.233  |
| Vencidos há mais de 90 dias | 43.945  | 952.768 |

c. Movimentações na provisão para impairment de contas a receber:

|                                       | 2013     | 2012     |
|---------------------------------------|----------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2012       | (11.670) | (718)    |
| Saldo Incorporação                    | (54.074) | 7.495    |
| Constituições, líquidas das reversões | 7.495    | 41       |
| Baixas                                | 41       | (46.538) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013       | (718)    | (46.538) |

11. Estoques:

a. Composição do saldo:

|                                   | 2013    | 2012    |
|-----------------------------------|---------|---------|
| Produtos acabados                 | 144.462 | 141.900 |
| Produtos semi acabados            | 41.900  | 183.510 |
| Materiais-primas                  | 183.510 | 70.504  |
| Materiais de embalagem            | 70.504  | 100.839 |
| Almoxarifado                      | 100.839 | 10.138  |
| Material de propaganda e promoção | 10.138  | (8.700) |
| Provisão para perdas              | 8.700   | 8.854   |
| Outros                            | 8.854   | 551.762 |

b. Movimentações na provisão para perdas de estoques:

|                                       | 2013     | 2012     |
|---------------------------------------|----------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2012       | (11.670) | (718)    |
| Saldo Incorporação                    | (54.074) | 7.495    |
| Constituições, líquidas das reversões | 7.495    | 41       |
| Baixas                                | 41       | (46.538) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013       | (718)    | (46.538) |

12. Impostos e contribuições a recuperar

|   | 2013    | 2012    |
|---|---------|---------|
| Imposto sobre produtos industrializados                                 | 177     |         |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços                      | 107.032 | 9.628   |
| Programa de Integração Social   | 9.628   | 42.738  |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social                    | (7.442) | (6.836) |
| Ajuste a valor presente de impostos a recuperar sobre ativo imobilizado | (6.836) |         |
| Provisão para perdas com impostos a recuperar                           | 145.582 |         |
| Outros  | 145.582 |         |
| Circulante  | 377.226 | 107.856 |
| Não circulante  | 107.856 |         |

13. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

|   | 2013 | 2012     |
|---|------|----------|
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica          | 8    | 28.704   |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | 7    | 845      |
|   | 8    | 29.549   |
| Circulante                                | 3    | 2.139,90 |
| Não circulante                            | 5    | 16.359   |

14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e os correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores para compensação futura são os seguintes:

|   | 2013      | 2012 |
|---|-----------|------|
| Ativo de tributo diferido a ser recuperado  | 384.960   |      |
| Passivo de tributo diferido a ser liquidado | (431.546) |      |
| Passivo de tributo diferido, líquido        | (46.586)  |      |

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

|  | 2013      | 2012 |
|--|-----------|------|
| <b>i. Ativo de tributo diferido</b>                      |           |      |
| Prejuízos fiscais de imposto de renda a compensar        | 557.026   |      |
| Bases negativas de contribuição social                   | 145.355   |      |
| Provisão de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa | (557.649) |      |
| Diferenças temporárias                                   |           |      |
| Efeitos decorrentes da Lei 11.638                        | 15.949    |      |
| Provisão para contingências                              | 83.969    |      |
| Provisão para perdas em ativos                           | 7.867     |      |
| Provisão gastos comerciais                               | 13.324    |      |
| Provisão para devedores duvidosos                        | 5.713     |      |
| Provisão honorários advocatícios                         | 3.741     |      |
| Depósito judicial  | 61.068    |      |
| Programa de participação nos resultados                  | 8.411     |      |
| Custos corporativos                                      | 6.599     |      |
| Amortização agio   | 15.340    |      |
| Outros   | 19.247    |      |
| Total do ativo   | 384.960   |      |
| <b>ii. Passivo de tributo diferido</b>                   |           |      |
| Amortização agio somente fiscal                          | (11.795)  |      |
| Receita de ajuste a valor presente (Impostos Ativos)     | (12.797)  |      |
| Custo corporativo  | (3.965)   |      |
| Ajuste a valor presente de incentivo fiscal              | (82.624)  |      |
| Reavaliação/deemed cost                                  | (319.685) |      |
| Outros   | (680)     |      |
| Total do passivo   | (431.546) |      |
| Total  | (46.586)  |      |

**iii. Passivo de tributo diferido, líquido**

**iv. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:**

|                                 | IRPJ      | CSLL      | IRPJ/CSLL |
|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Diferenças temporárias ativas   | 163.346   | 73.340    | 236.686   |
| Agio (amortizado contabilmente) | 2.675     | 963       | 3.638     |
| PI e BC constituído             | 33.163    | 111.473   | 144.636   |
| Total ativo diferido            | 199.184   | 185.776   | 384.960   |
| <b>Imposto diferido passivo</b> |           |           |           |
| Diferenças temporárias passivas | (85.150)  | (26.643)  | (111.793) |
| Deemed cost                     | (99.716)  | (35.898)  | (135.614) |
| Reavaliação                     | (135.188) | (48.884)  | (184.072) |
| Crédito presumido de CSLL       | (67)      | (67)      | (134)     |
| Total passivo diferido          | (320.053) | (111.492) | (431.546) |
|                                 | (120.870) | (74.284)  | (195.154) |

**vi. Estimativa de realização:** Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre o resultado contábil e tributário, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido ou prejuízo da Companhia e o resultado do imposto de renda e contribuição social. c. Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social do exercício: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

|  | 2013     | 2012 | 2013      |
|--|----------|------|-----------|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social          | 153.759  | (12) | (113.173) |
| Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%              | (52.278) | 4    | 38.479    |
| Subvenção de IRPJ  |          |      | 15.024    |
| Equivalência patrimonial   | 52.282   |      |           |
| Exclusões (adições) permanentes, líquidas                                    |          |      | 181.765   |
| Subvenção de ICMS  |          |      | 658       |
| Outras   |          |      | (188.216) |
| Variação na Provisão de prejuízos Fiscais e base de cálculo negativa         | (4)      | (4)  | 47.710    |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício |          |      | (3.817)   |
| IRPJ/CSLL Correntes  |          |      | 51.527    |
| IRPJ/CSLL Diferidos  |          |      | 42%       |
| Alíquota efetiva   |          |      | 42%       |

O montante não reconhecido de imposto diferido relativo ao agio após a re-estruturação, na alíquota de 34% e R\$ 1.490.210, sendo que a amortização terá início no exercício de 2014. d. Regime Tributário de Transição: A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das Companhias é realizada de acordo com o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A opção por este regime foi formalizada em 13 de outubro de 2009, época da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. A partir de 2010, este regime tributário passou a ser obrigatório. e. Medida Provisória 627/2013 e Instrução Normativa 1.397/2013: Com a emissão da Instrução Normativa 1.397/2013 e da Medida Provisória 627/2013, que extinguiu o RTT e regulamentou os efeitos contábeis da Lei 11.638/07, a Companhia fez uma análise dos impactos decorrentes dessas normas em suas operações, a opção para adoção em 2014 é um item a ser considerado, porém como a MP ainda não foi convertida em Lei, a Companhia continuará analisando todas as possíveis alterações que possam surgir neste período.

15. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a controladora não mantém saldos e transações com partes relacionadas. As transações entre partes relacionadas foram feitas em condições determinadas pela administração do Grupo Brasil Kirin, que substancialmente consideram o custo como base mais margem de lucro que varia de acordo com a natureza e condição do produto. Os saldos a receber e a pagar resultantes dessas operações não têm prazo de vencimento, razão pela qual estão apresentados como não circulante. Essas transações são representadas substancialmente pela venda de concentrados para as demais unidades, compra de produtos acabados de outras unidades para revenda e eventualmente compras/vendas de ativos imobilizados e materiais de acondicionamento e transporte. a. Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração das empresas do Grupo Brasil Kirin, que inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo, podem ser assim sumarizados:

|  | 2013   | 2012   |
|--|--------|--------|
| Remuneração fixa (i)   | 6.211  | 6.211  |
| Remuneração variável (ii)  | 12.924 | 12.924 |
| (i) Salários, honorários, planos de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós-emprego. (ii) Participação nos lucros e comissões sobre vendas. |        |        |

16. Depósitos judiciais

|                                | 2013    | 2012   |
|--------------------------------|---------|--------|
| Tributários                    | 42.895  | 97.066 |
| Trabalhistas e previdenciários | 1.737   | 1.737  |
| Cíveis                         | 141.638 |        |

17. Investimentos

a. Informações sobre investimentos

|  | Participação no patrimônio líquido | Lucro líquido/ (prejuízo) |
|--|------------------------------------|---------------------------|
| Ações possuídas pela Companhia integralizado %   | 31/12/2013                         | 31/12/2013                |
| Em 31 de dezembro de 2013                        | 651.444.036                        | 451.633 (284.919)         |
| Brasil Kirin Participações e Representações S.A. | 349.880.337.912                    | 1.817.724 (191.459)       |
| Brasil Kirin Indústria de Bebidas S.A.           |                                    | 2.659.257                 |

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui participação em empresas controladas do Grupo Brasil Kirin, sendo que na controladora, o saldo foi capitalizado devido à re-estruturação mencionada na nota 2 acima. (q) Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas da Companhia. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. a. Venda de produtos: A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo; (iii) os custos associados a a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. Os produtos são frequentemente vendidos com descontos por volume. As vendas são registradas com base no preço especificado nas tabelas de preço acordadas com os clientes. Os descontos e abatimentos de preços por volume ou negociações comerciais são deduzidos da receita. As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento entre 7 e 35 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. b. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contrato a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são reconhecidos às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável ou seja, a taxa original do contrato a receber. c. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. (r) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstr

